

# NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

ANO XXIII - Nº 1630

Preço: 300 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef. 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

Semana de comunicação de proximidade

## Bissau capital da



## UEMOA

As Jornadas de Informação sobre as actividades da UEMOA, seus objectivos e prioridades unificadoras, iniciaram-se terça-feira, 10 de Outubro, em Bissau. A sessão de abertura decorreu no meio da manhã desse dia no Bissau-Hotel sob a presidência de Makthar Diop, ministro senegalês da Economia e Finanças, na sua qualidade de presidente do Conselho de Ministros da União, na presença de Hélder Vaz, ministro de Estado da Economia e Desenvolvimento Regional.

Páginas..... 5, 6, 7 e 8

## Médio-Oriente à beira de uma guerra global

O alargamento do ultimato de Barak à Yasser Arafat não serviu para grande coisa. Os palestinianos continuaram com as violências contra soldados israelitas ao ponto de lincharem, na terça-feira, dois militares de Israel. A resposta de Telavive não se fez esperar. Helicópteros enviados a Faixa de Gaza bombardearam com mísseis a localidade matando vários palestinianos. Hoje, sexta-feira, os palestinianos prometeram fazer um "dia de cólera" árabe.



Página ..... 11

Campanha de recenseamento dos Combatentes da Liberdade da Pátria

## PR apela à transparência para evitar parasitas



Página ..... 3

## Jornadas nacionais de vacinação arrancam domingo

Página ..... 12

## Bissau Estrela do Mar quer recuperar postos de venda de pescado

Página ..... 9

## Droga e prostituição na vila de Buba

Página ..... 2

# Droga e prostituição na vila de Buba

"Entre no mundo das drogas por influência de colegas. Foi durante o meu refúgio em Gabú, por ocasião da guerra de 1998. Agora, estou na prisão. Sinto-me bastante abatido, envergonhado, arrependido".

□ Por: Enfamará Cassamá

Orçamento acima com o qual iniciamos este artigo foi registado em Buba. É do jovem Francisco Na Kuanha, de 23 anos de idade. Ele falava do seu pesar ao repórter da REJACA, no bureau do comissário regional dos Serviços de Informação do Estado, SIE, Mussá Seidi, que o mantém detido por envolvimento na venda e uso do yamba naquela vila sectorial.

Na Kuanha é de Bissau, onde estuda no Liceu Samora Moisés Machel. Segundo suas explicações, ele foi à Buba, precisamente, pedir dinheiro à uma sua tia que ali vive, para poder pagar a matrícula em Bissau. Agora, ele faz parte de um grupo de cinco jovens que a polícia local mantém detido.

Antes de entrarmos em pormenores quanto ao uso das drogas e a prostituição infantil em Buba, eis o que anotamos para si sobre a região de Quínara:

É uma das três regiões insu-

lares da nossa terra, após a de Bolama-Bijagós e Catió. No último censo eleitoralista, o número da sua população atingiu 21.357 habitantes, enquanto as estimativas falavam de 23.919 pessoas. Sendo o terceiro sector de Quínara, isto em termos demográficos, já que o primeiro é Tite com 6.146 habitantes e o segundo, Empada, com 6.128, a vila de Buba é habitada por uma população de 5.211 pessoas, em 1999. Desse conjunto, 40,9 por cento representa o grupo etário com idades de 18 a 29 anos. Só nesse sector vivem 2.583 homens, 919 das quais não sabem escrever, enquanto as mulheres são 2.628, das quais apenas 350 sabem escrever.

A vila de Buba é portuária e muito reputada em peixes de boa qualidade, com grossas perspectivas futuras não somente nesses dois sectores, como também no turismo e agricultura. É banhada pelo Rio Grande de Buba a beira do cruzamento de estradas Tite-São João, Catió-Empada e Cacine-Quebo-Bissau. Tornou-se, de certa maneira no centro administrativo daquela Região e alberga a escola de formação para técnicos-administrativos e contabilistas, uma fábrica de contraplacados e outras infraestruturas sócioeconómicas.

A população de Buba é maioritariamente camponesa, com fortes ligações com as actividades do mar. Aliás, o facto de a pequena vila se situar junto ao mar, e pelo facto de o Rio Grande de Buba ser muito rico em espécies haliéuticas de boa qualidade, viu-se aquele sector invadido por pescadores de várias procedências: senegaleses, nãneas, etc.. O que não deixou de suscitar influências e certos hábitos que até aqui lhe era igno-

## O mal da pobreza

A pobreza natural do país aliada ao crescimento demográfico incontrolável e à corrupção generalizada em todos os aspectos da vida económica nacional, tornaram-se em factores tão visíveis como o sol de cada dia, e, ninguém pode, hoje, ligá-los com utopias ou doutices. São esses factores e os tabus étnico-sociais que os governos africanos, na sua maioria, controlam dificilmente.

Razão pela qual, eles não podem garantir uma vida com condições e situações equilibradas aos seus povos. Acontecendo isso na Guiné-Bissau, as escolas tornaram-se insuficientes para o número cada vez crescente de crianças que não param nessa idade. E quando atingem a adolescência, elas vão precisar de emprego, de uma casa, de uma mulher, em suma, de uma família. Mas, aonde e em que ramo profissional, se elas nunca aprenderam a fazer alguma coisa na vida? Que benefícios poderão elas oferecer ao país que as berçou?

É que o fenómeno mundial de crianças abandonadas e sem pais nem teto, se apresenta na Guiné-Bissau sob a forma de crianças mal-orientadas ou esquecidas. Estas, em princípio, vão à escola. Mas, depois, elas começam a questionar à si próprias de o que a escola lhes poderá infundir quando forem crescidas, se não há bolsas de estudos nem centros de formação profissional, uma vez que o trabalho do Estado nem de seus pais fez bons chefes de famílias.

E como por toda a parte, a única alternativa para elas plausível são as profissões e a natureza lhes conferiu: a prostituição, para as meninas mal-orientadas e o desembrulho, para os rapazes. Na vila de Buba, por haver de um lado, guineenses e estrangeiros como residentes, e, por ser também uma comunidade com centros de formação profissional onde vivem solteiros e, enfim, por ser um lugar de férias e fins-de-semana para jovens de Bissau e de algures, o fenómeno do uso e venda das drogas está presente comportando todos os seus males.

A Rede de Jornalistas Amigos da Criança e do Ambiente, REJACA, que tem feito alguns trabalhos de reflexão e pesquisas sobre as crianças da rua ou abandonadas, organizando para o efeito seminários de formação sobre os direitos da criança e da Convenção da ONU dedicada aos direitos dos menores - para os actores da comunicação social guineense, visitou a vila de Buba onde conversou com o comissário regional dos Serviços de Informação de Estado, Mussá Seidi. Segundo este, o problema

das drogas é muito frequente naquele sector.

"De 23 de Setembro para esta data, conseguimos deter cinco pessoas todas elas traficantes do yamba", explicou.

Mussá Seidi disse ainda que o seu serviço montou um sistema de controlo muito forte no cruzamento à entrada de Buba. "É nesse ponto que nós conseguimos manter controlo sobre os passageiros suspeitos procedentes seja de Catió, Bolama-Bijagós, Quebo, Bafatá, seja de Bissau ou de outras partes, através de revistas nas bagagens e cargas. Nesses suspeitos maioritariamente provenientes de Bissau e Bafatá encontramos a droga nas suas bagagens".

Mas de Bissau para cá há o Safim, disse-lhe eu.

"É verdade, mas aí o controlo não é tão rigoroso como nós o fazemos aqui. Em Safim, as pessoas passam livremente como querem, sem serem interpeladas. Isso não acontece aqui. De facto, existem menores metidos no uso e tráfico de drogas. Há poucos dias, detivemos um indivíduo de cerca de 16 anos de idade. Outras idades são 18, 19, 20 anos, etc. Todos eles estão cá detidos à espera de elaboração de processos. Antes, nós mandamos chamar os seus familiares para virem ouvir e ver que nós não os acusamos por maldade, mas que eles têm as coisas na mão", destacou o responsável do SIE de Buba.

Mas, para facilitarmos as coisas, registamos isto na conversa que tivemos no seu bureau:

**Repórter (R) - São guineenses os cinco jovens que deteram?**

**Mussá Seidi (MS) -** Sim, todos eles são guineenses

**R - Será que eles dizem quem forneceu esse produto?**

**MS -** Sim. Durante a detenção, eles dizem tudo sem coerção.

**R - Disseste que entre os cinco jovens detidos quatro deles vieram de Bissau.**

**MS -** Sim, quatro deles são de Bissau. E se lhes perguntam como é que entraram no mundo das drogas, dizem que foi por influência de colegas nas horas de *warga*.

**R - Você só tem detidos cinco rapazes. O que dizes das meninas?**

**MS -** Estas, desde que iniciamos o nosso trabalho nunca

estiveram implicadas. Quer dizer, nunca surpreendemos uma menina fumando ou vendendo yamba.

**R - Em Buba existem algumas discotecas. Nunca houve nelas, nos fins-de-semanas, cenários de violências?**

**MS -** Algumas vezes, sim, com os rapazes a partirem garrafas e avançar para um colega, etc. Ultimamente, com a presença da polícia isso deixou de acontecer.

**R - E furtos?**

**MS -** Havia furtos momentos antes do início da época chuvosa, em diferentes secções. Os ladrões furtavam e outros armadas.

**R - Furtos a mão armada?**

**MS -** Nunca os registamos e nem ataques contra domicílios.

## Prostituição

Para esse comissário do SIE, a prostituição não é uma prática muito bem visível em Buba. "O serviço a que pertencei jamais recebeu queixa por violação sexual quer em mulheres, quer em crianças menores e nem existe uma casa particularmente reservada ao comércio do sexo", explicou Mussá Seidi.

Contudo, adiantou, não significa que essa actividade é desconhecida nesta vila.

Você falou bem, pois a prostituição não é só aquele que os rapazes e raparigas solteiros fazem de forma libertina. Prostituição pode também envolver um homem casado e uma rapariga que paga, ou uma mulher casada com outro homem que lhe paga pelo serviço prestado, disse-lhe eu.

-Isso é verdade, aprovou ele.

Além disso, prossegui, muitos rapazes emitiram opiniões contrárias dizendo que o fenómeno atinge até crianças de menor idade, cujos pais não têm meios de equipá-las com roupas de qualidade, bons sapatos, jóias e produtos cosméticos.

Um outro rapaz, disse que a situação em Buba não difere muito da de Bissau, Bafatá ou Gabú. "Se fosse necessário alistar terras da Guiné-Bissau onde há Sida, Buba não deveria faltar à lista", concluiu este jovem rapaz que pediu anonimato.

### NÔ PINTCHA

Director  
Enfamará Cassamá

Director adjunto  
Simão Abina

Chefe de Redacção  
Domingos Meta Camará

Redacção  
Carlos Casimiro, Adulai  
Djaló, Domingos Meta  
Camará, Enfamará Cassamá e  
Simão Abina

Edição Electrónica  
Anselmo Matche e Mário  
Óscar

Fotografia  
Mário Joaquim Gomes,  
Manuel da Costa e Pedro  
Fernandes

Secretaria de Redacção  
Ivete Monteiro e Ângela Reis

Administração e Finanças  
Inácio Correia, Edmundo  
Piedade, Amâncio Tepam-é,  
N'Gona Mané e Ansumane  
Turé

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: INACEP

# Campanha de recenseamento dos Combatentes da Liberdade da Pátria PR apela para maior transparência com vista a evitar parasitas

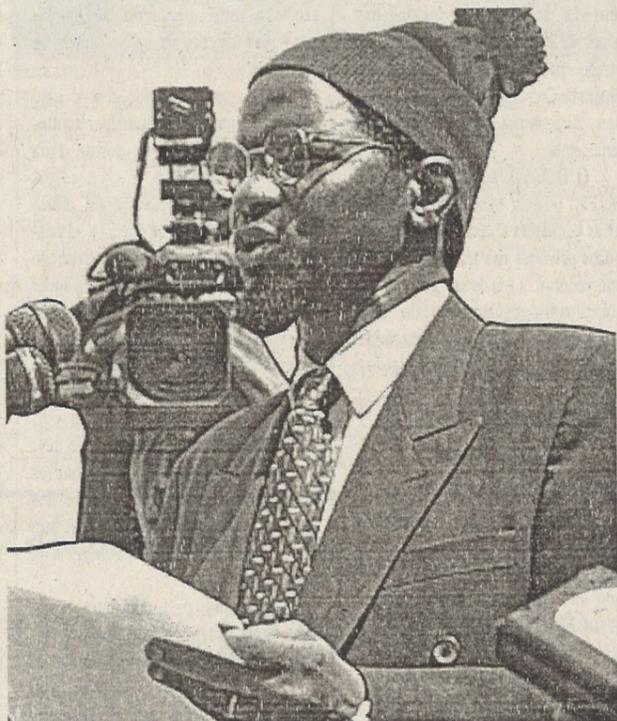
A campanha de recenseamento dos antigos Combatentes da Liberdade da Pátria, foi lançada recentemente no Ministério da Solidariedade Social, Reinsersão, Reintegração e Luta contra a Pqbreza, presidido pelo chefe de Estado, Koumba Yalá, durante o qual anunciou ser intenção do Governo criar melhores condições de vida aos idosos ou seja melhoria do seu bem-estar como a transformação dos salários em boas pensões aos Combatentes da Liberdade da Pátria, para salvaguarda da nossa soberania nacional.

□ Por: Mama Saliu Sané

O Presidente da República, assegurou ainda que este processo irá permitir identificar os verdadeiros obreiros da luta da libertação nacional com vista a garantir uma atenção especial aos veteranos da guerra colonial que passa necessariamente pela melhoria das suas vidas, a que foram submetidas em situações de humilhação, pelos sucessivos governos do PAIGC.

“Nós que somos jovens, devemos dedicar-nos a outras actividades, e não tentar aproveitar o estatuto dos Combatentes da Liberdade da Pátria, que tanto custou tanto a vida de milhares dos nossos irmãos durante a luta contra o jugo colonial”.

Koumba Ialá, prometeu que durante este período, o governo vai saber distinguir quem é o verdadeiro combatente daqueles que tentam intitular-se com tais, por isso a nova filosofia do governo virou-se pela reinsersão, reintegração e luta contra a pobreza dos combatentes que



passaram 11 anos nas matas na busca de uma identidade para a Guiné-Bissau.

Finalmente Koumba Ialá,

deixou um recado aos recenseadores: a maior transparência para evitar a permanência daqueles que querem ser parasitas, que só

pensam por em causa a vida dos que lutaram a favor da nossa independência nacional.

Para o ministro da Solidariedade Social, Reinsersão e Reintegração e de Luta contra a Pobreza, este processo de recenseamento vai decorrer em todo o território nacional, de 9 de Outubro a 9 de Novembro próximo, e que engloba os ex-combatentes da Liberdade da Pátria, prisioneiros de guerra de 7 de Junho, milícias aguentas e os que lutaram a favor de regime colonial português.

Iancuba N'djai, falou ainda do programa da desmobilização, reinsersão e de reintegração dos ex-combatentes, afirmando que este tem como objectivo fundamental garantir a estabilidade, melhorar a situação sócio-económica dos grupos mais vulneráveis, diminuição das despesas militares e para-militares e criação de condições de vida através de pensões para uma paz duradoura no nosso país.

O titular da pasta dos Combatentes disse ainda que o

recenseamento visa conhecer o número exacto e perfil socioeconómico dos ex-combatentes. Permitirá ainda uma distribuição transparente e equitativa dos benefícios e outras regalias previstos na lei para os diferentes grupos.

O ministro esclareceu que o processo de recenseamento não vai ao encontro dos interesses de uma determinada formação política, mas sim de todos aqueles que combateram no solo pátrio da Guiné-Bissau.

Para o efeito estão já criadas as condições no terreno para o recenseamento que será supervisionado pelos comandantes das diferentes zonas das diferentes etapas da história do país.

Salienta-se que neste momento são 1031 combatentes que auferem de subsídios naquele Ministério, enquanto que os 2500 esperam a legalização dos processos.

O projecto conta com o apoio do Banco Mundial e outros parceiros do desenvolvimento do país.

## Iancuba Injai afirma que sem reconciliação não há paz

**Sem uma reconciliação, reinserção e reintegração justa dos combatentes, não pode haver estabilidade e paz duradouras no país. Quem o afirma é Iancuba Injai que falava numa conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira na sede do PDRRI.**

Segundo o ministro Iancuba Injai, após dois conflitos armados no país, nomeadamente a guerra de libertação nacional e o recente conflito político-militar, nenhum projecto ou programa sério e completo relativo a reinserção e reintegração dos ex-combatentes foi executado.

“Volvidos 27 anos sobre a data da independência dados fidedignos sobre o número exacto dos ex-combatentes não existem, nunca foram adoptados critérios transparentes e justos de desmobilização e repar-

tição dos benefícios e regalias, justamente destinados aos combatentes da liberdade da pátrias” disse, acrescentando que isso impede e impedi a canalização de recursos para as pessoas que realmente deles precisam.

Para este governante, o aumento do número de pessoas nas forças de defesa e segurança verificado durante o conflito político-militar influiu no aumento considerável a médio prazo dado a escassez de recursos, razão porque entende o Governo que as questões acabadas de aflorar são de alta prioridade política porque da sua resolução definitiva, dependem a garantia da estabilidade política do país, a reconciliação nacional e a consolidação da paz e a democracia na Guiné-Bissau.

“Nesta ordem de ideia, e pelo facto de, o problema de reinserção e reintegração dos ex-combatentes ser politicamente sensível, urgente e requerer uma meticolosa preparação, o governo se propõe conceber e implementar durante o seu mandato um programa de Desmobilização, Reinsersão e Reintegração dos ex-combatentes (PDRRI)”, sublinhou.

Para Iancuba Injai o objectivo e a importância do recenseamento é garantir a estabilidade e criar as condições para uma paz duradoura na Guiné-Bissau; melhorar a situação socio-económica dos grupos vul-

neráveis; contribuir directamente e indirectamente na estimulação do relançamento das actividades económicas ao nível das comunidades de reinserção; diminuir o peso das despesas militares e para-militares no orçamento geral do estado.

Por razões administrativas e financeiras o governo deve conhecer o número exacto, o estatuto e o perfil sócio-económico dos ex-combatentes o que irá permitir uma melhoria e transparente distribuição equitativa dos benefícios e outras regalias previstas na lei para os diferentes grupos.

Por último Iancuba apelou as autoridades administrativas locais no sentido de proporcionar aos recenseadores condições mínimas de trabalho e todo o apoio indispensável, sobretudo na disponibilização de espaços adequados e seguros para a instalação das mesas e cadeiras necessárias para o recenseamento.

Quem também falou foi o coordenador geral do programa Pedro Correia, que explicou que o recenseamento decorrerá durante 30 dias.

Seco Baldé Vieira

# Divulgado relatório sobre o sector cajueiro

*A Guiné-Bissau foi seriamente danificada pela guerra civil de 1998-99. Agora a nação tem um novo governo, que tenta reconstruir e avançar. O sector do cajú foi mais importante para a economia da Guiné-Bissau do que nas actuais circunstâncias. Há grande potencial para que todos se beneficiem com o crescimento da produção e comércio da castanha de cajú in natura- produtores, intermediários, o Governo e o país como um todo. Na verdade, o cajú é o único produto com capacidade de fornecer benefícios substanciais e imediatos. Não é de surpreender, portanto, que muitos guineenses se refiram ao cajú como "o nosso petróleo". Com efeito, tendo em vista a participação generalizada da população rural e o impacto positivo sobre o meio ambiente, o cajú é melhor do que o petróleo.*

## A situação actual do sector do cajú na Guiné-Bissau

Conforme o relatório "para ajudar o sector a crescer tão rapidamente quanto pode, uma série de medidas de curto e longo prazo deveriam ser consideradas" e levadas para um debate "com representantes de todos os principais interessados no sector cajueiro".

## Recomendações de curto prazo

Antes da próxima campanha de comercialização, as emendas de 19 de Maio ao decreto de 6 de Abril deveriam ser formalizadas e o decreto substituído por um melhor texto.

Antes de aprovar o próximo decreto, o Governo deveria convocar uma mesa redonda a fim de discutir o seu teor com representantes de todos os principais interessados no sector cajueiro.

Em particular, o novo decreto deveria reconhecer que o processamento da castanha de cajú no país é um objectivo de longo prazo cuja consecução poderá ser facilitada por estímulos mas que não pode ser imposta por decreto. Nenhum nível substancial de processamento local será conseguido em dois ou três anos. Isto irá requerer estudo cuidadoso e investimento por parte do sector privado. O processamento que utiliza (mão-de-obra intensiva) grande quantidade de mão-de-obra, é viável se um número suficiente de trabalhadores forem treinados para ser altamente produtivos, de forma sustentável. O Governo poderá ajudar se não impuser imposto às exportações ou à importação de máquinas de descaque e, possivelmente, se subsidiar empréstimos a empresários que desejarem investir no sector.

O novo decreto não deve fazer distinção entre comerciantes nacionais estrangeiros, excepto no que diz respeito à necessidade de possuírem uma autorização de residência por parte dos últimos.

O novo decreto deve eliminar o requisito de que os exportadores estrangeiros e guineenses devam fazer prova que investiram em bens imóveis. Porém, não deve ser modificado o requisito de que os exportadores devem fazer prova de que são proprietários ou arrendatários de espaço de armazenagem que satisfaça as condições fitossanitárias.

O novo decreto deve também eliminar a obrigatoriedade dos exportadores estrangeiros terem de estabelecer um depósito de USD 700.000,00 (setecentos mil dólares americanos). Porém, para se assegurar que o exportador estrangeiro é uma empresa de negócios legítima e

idónea, o Governo poderia decretar que, em casos específicos, os exportadores estrangeiros devem manter permanentemente, um saldo razoável numa conta num banco local, para assegurar que serão capazes de pagar as suas despesas associadas com as actividades de exportação da castanha de cajú.

Os requisitos de documentação para obter os alvarás de comercialização ou de exportação actualmente em vigor não devem ser modificados, mas deve-se facilitar o seu cumprimento. Por exemplo, o requisito de que os comerciantes entreguem cópias notariadas de certos documentos devem ser alteradas de forma a permitir a apresentação dos originais, visto que em algumas regiões é difícil, se não impossível, obter fotocópias e reconhecimento de assinaturas.

Um alvará de comercialização deve ser válido para todo o país em vez de limitar-se a apenas uma região. Deve-se porém continuar a ser possível requerer pedidos de alvarás em todos os centros regionais.

O custo de um alvará de comercialização deve ser reduzido para XOF 25.000, 00 (Vinte e cinco mil Francos CFA) e o de um alvará de exportação para XOF 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil Francos CFA).

Os requisitos de documentação, custos do alvará e procedimentos e solicitação devem ser divulgados de forma ampla, tanto pela rádio como por panfletos.

A fim de estabelecer um nível razoável para o preço de referência e f. o. b. da castanha de cajú, sobre o qual os impostos devem incidir, o Governo deveria tomar medidas para se manter continuamente informado dos acontecimentos do mercado do produto. Uma boa forma de o fazer, não é realizar visitas de estudo caras, mas sim ser assinante do "Cashew Marketing Report" publicado pela Samsons Trading Company, de Mumbai, na Índia, ou alguns serviços semelhante.

As recomendações do relatório do projecto TIPS, de 1997 sobre o porto de Bissau, devem ser reexaminadas e consideradas para possível projecto de assistência no contexto da privatização das actividades portuárias. Um bom começo nesse sentido seria a elaboração rápida de um plano director dos principais portos da Guiné-Bissau, inclusive os de Buba e Cacheu, bem como o de Bissau.

A Surice Trading, de Singapura, propõe construir um armazém moderno, ventilado à força na área do porto, com base num acordo B.O.T. de sete anos, desde que possa obter fundos da IFC ou de outro órgão multilateral. Esta proposta deve ser estimada e apoiada com energia.

O Banco Central dos Estados de

África Ocidental (BCEAO) deve examinar os seus procedimentos a fim de assegurar que as transferências do exterior sejam convertidas para francos CFA e colocadas à disposição do cliente dentro de dois dias úteis, em conformidade com a política actual. Para além disso, os boletins diários tanto das taxas "indicativas" quanto das "transferências de divisas estrangeiras" obtidas de Dacar, devem ser postas à disposição prontamente ao Governo, à Câmara de Comércio e a todos os exportadores, directamente. Isto deve ser feito diariamente.

O BCEAO, apoiado se necessário pelo FMI ou pelo Banco, deveria examinar as comissões e taxas cobradas pelos bancos privados nas transações com os exportadores, a fim de assegurar que elas cumpram os regulamentos da União Económica e Monetária, sejam razoáveis e necessárias e adequadamente divulgadas.

## "Recomendações de Longo Prazo"

Todos os que estão envolvidos no sector do cajú devem estar vigilantes para manter e mesmo melhorar a qualidade da castanha de cajú da Guiné-Bissau. Isto significa observar as estipulações muito úteis do artigo 11 do decreto, o qual proíbe a colheita prematura da castanha de cajú e requer a secagem ao

sol antes do ensacamento.

Também significa melhorar a distribuição de sacos de juta nas áreas rurais para que possam ser usados em vez de sacos de arroz reciclados. Significa prestar muita atenção à homogeneidade para que se assegure adequada ventilação e circulação do ar à volta dos sacos, significa requerer adequadas condições de armazenagem antes da exportação.

Todos os envolvidos com o cajú necessitam também de trabalhar continuamente na redução de custos. Para além de eficiências e custos desnecessários já mencionados, existe um nível inaceitável de roubo e há custos desfarçados sob forma de extorção nos controlos das estradas. Quaisquer passos adoptados para melhorar a eficiência da operação portuária, é necessário fortalecer a segurança das operações pois reduzirá custos associados com o roubo dentro da área portuária. Para além disso, o Governo deveria tomar medidas para evitar que os seus agentes extraiam pagamentos dos transportadores de castanha de cajú sob o argumento de que estão a cumprir a lei de licenciamento.

O Governo deve concentrar-se no fornecimento de infraestruturas e ambiente comercial que promova a produção, venda e exportação da castanha de cajú, qualquer iniciativa que melhore as

estradas, mercados, portos, comunicações, ou o sistema bancário ajudará o sector e obviamente o país. Qualquer iniciativa que restrinja a concorrência ou aumente os custos de realizar negócios será prejudicial.

O Governo necessita urgentemente de encontrar uma fonte alternativa de receitas para as dos impostos sobre as exportações da castanha de cajú. Os impostos necessitam de ser reduzidos o mais depressa possível do actual nível de 13 por cento. Se as novas fontes devem passar a ser receitas sobre produtos petrolíferos, ou maior receitas provenientes de licenças de pesca, ou a aplicação de um eventual imposto sobre a terra, o Governo necessitam de movimentar-se rapidamente de forma a torná-las realidade.

Tão rápido quanto for prudentemente possível, as operações portuárias devem ser privatizadas de novo, de forma apropriada. Logo que o plano director tenha sido preparado e provado, o Governo terá de decidir se Bissau continuará com porto para embarque de mercadorias ou um porto alternativo de águas profundas será desenvolvido em Buba. O Banco e o IFC devem estudar possibilidades de como contribuir para o desenvolvimento de um eficiente sistema portuário que forneça serviços não só à Guiné-Bissau, mas também aos países vizinhos.

## REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU CARTÓRIO NOTARIAL CERTIDÃO

CERTIFICO, que para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e oito do mês de Agosto do ano dois mil, lavrada neste cartório, e exarada de folhas dezassete à dezoito verso, no livro de notas para escrituras diversas números Q traço série 1, foi celebrada uma escritura de "HABILITAÇÃO DE HERDEIROS", por óbito de Olívio Manuel Fortes, de quarenta e três anos de idade, de profissão que foi Biólogo, era natural de Bissau e filho que era de Manuel José Fortes e de Ermelinda Lopes Varela, ambos falecidos, era casado com Maria da Glória Lira dos Reis Fortes, o seu último domicílio em Bissau, faleceu aos nove dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, em Bissau e o seu cadáver foi sepultado no cemitério municipal de Bissau.

Mais certifico que na operada escritura foram declarados como herdeiros do dito falecido a saber: a sua referida mulher Maria da Glória Lira dos Reis Fortes e a sua filha menor, Paula Cristina dos Reis Fortes, nascida aos quatro dias do mês de Julho de mil novecentos e oitenta e quatro em Campina Grande-Pb, Brasil-

Está Conforme

Cartório Notarial em Bissau, 7 de Setembro do ano dois mil

Entrelinhei: "da Glória

A AJUDANTE,

# União Económica e Monetária Oeste Africana Decorrem em Bissau jornadas de informação sobre a UEMOA

A Comissão da União Económica e Monetária Oeste Africana, UEMOA, organiza em Bissau, de 10 a 18 de Outubro de 2000, jornadas de informação sobre as actividades da UEMOA.

Esta manifestação, inscrita no programa das actividades de comunicação de proximidade para este ano, visa informar as categorias sócio-profissionais da Guiné-Bissau dos passos do processo de integração regional encetados pela UEMOA a partir de 1994, e cujo objectivo é fazer da zona monetária CFA da África Ocidental, um espaço económico homogéneo e harmonioso, caracterizado pela livre circulação de mercadorias originárias e de pessoas, o direito do estabelecimento e uma taxa externa comum em relação á territórios países.

Textos: Enfamará Cassamá, Meta Camará e Adulai Djaló

**P**ara este efeito, uma delegação da Comissão, chefiada pelo seu presidente, Moussa Toure, organizará durante uma semana, em Bissau exposições-debates e conferências públicas apoiadas em português e crioulo pelos médias nacionais locais.

Estas jornadas serão presididas pelo Sr. Maktar Diop, ministro da Economia e Finanças do Senegal, que é igualmente presidente do Conselho de Ministros da UEMOA.

Os principais grupos alvos visados por estas jornadas de informação são os membros de governo, os deputados, as forças armadas e as de segurança, jornalistas dos média públicos e privados, operadores económicos, as ONG's, a administração pública, o corpo jurídico e advogados, alunos e estudantes.

Os temas relativos as actividades da UEMOA a serem abordadas durante esta jornada são:

-UEMOA: objectivos, conquistas e perspectivas

-controlo multilateral das políticas económicas

-harmonização do quadro legislativo e regulamentar da actividade económica e fundos de ajuda para a integração regional (F.A.I.R.)

- O mercado comum da UEMOA: liberalização das trocas intercomunitárias e taxa comum

-Os órgãos de controlo jurisdicionais e parlamentares e instituições especializadas autónomas da UEMOA

-As políticas sectoriais

Durante estas jornadas será solenemente instalada a secção nacional da rede de jornalistas correspondentes da UEMOA, cuja criação ao nível regional está prevista para o próximo mês de Novembro de 2000.

A organização das jornadas de informação sobre as actividades da UEMOA, em Bissau, inscreve-se no

âmbito da aplicação da política e do programa de comunicação da UEMOA, adoptada em Julho de 1999 pela comissão, que prevê organizar, de 2000 a 2004, as actividades de comunicação de proximidade e das campanhas mediáticas intensivas, afim de informar as populações dos oito Estados membros das diversas reformas já feitas pela União.

Estas acções constituem resposta às recomendações da conferência do chefes de Estados e do governo da União visando implicar mais as populações na elaboração e execução de diversas medidas que concorrem na criação, entre os oito Estados membros, de uma zona de livre trocas, propícia aos investimentos, e, assim, ao melhoramento do nível de vida das diversas categorias sociais.

Desde a adopção deste programa, além das campanhas mediáticas e seminários para operadores económicos e jornalistas dos Estados membros, a comissão inaugurou a série de jornadas de informação sobre as actividades da UEMOA no Burkina-Faso, que em Março de 2000, albergou a primeira manifestação deste género.

A Guiné-Bissau é, assim, o segundo Estado membro a receber esta manifestação intensiva da informação e de sensibilização, enquanto os outros seis Estados membros terão a sua vez já no ano 2001.

No fim destas jornadas de informação, a comissão espera que a aplicação das reformas da UEMOA possa ser facilitada uma vez que os que dela estão incumbes estiverem mais esclarecidos, poderá de seguida o conjunto dos operadores económicos da Guiné-Bissau beneficiar do ambiente e do mercado da União para desenvolverem as suas actividades.

Em 2 de Maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se no oitavo Estado membro da UEMOA, criada no dia 10



de Janeiro de 1994, em Dakar, pelo Bénin, Burkina-Faso, Côte d'Ivoire, Mali, Níger, Senegal e Togo. Após o conflito interno que flagelou este país, entre 1998 e 1999 e que só terminou no começo deste ano, com a criação de novas instituições republicanas, a comissão da UEMOA realizou aqui, em Abril último, uma missão de avaliação e de apoio à reconstrução e a cri-

ação de medidas que entram no quadro do processo de integração.

Os oito Estados membros da União Económica e Monetária da África Ocidental, UEMOA, cobrem uma superfície total de 3.509.125 Km2.

Eis o que tem a UEMOA para re-ovar os desafios da integração:

-Um mercado de 70 milhões de

consumidores

-Uma complementaridade natural entre os países shaelianos e costeiros

-E, sobretudo, uma moeda comum, o CFA, uma das grandes conquistas da união, cuja UEMOA é seu prolongamento.

## Programme des Nations Unies pour le Développement Développement humain durable

### ANÚNCIO

No quadro da sua verificação anual, o PNUD constatou que algumas das suas ordens de encomenda "BON DE COMMANDE" ainda se encontra pendentes.

Afim de poder regularizar esta situação o mais rapidamente possível, vem esta Representação pela presente solicitar aos seus fornecedores que ainda detêm os "BON DE COMMANDE" com os números abaixo indicados para se apresentarem nos serviços administrativos do PNUD até o dia 21 de Outubro de 2000 pelas 14H00 fazendo-se acompanhar da (as) original (ais) do (s) documentos bem como a original da factura.

As cópias azuis dos "BONS DE COMMANDE" não serão aceites.

OS BONS DE COMMANDE SÃO OS SEGUINTEs:

1998: N°s.

20-33-41-42-135-136-138-150

1999: N°s

26-42-74

Semana de comunicação de proximidade

# Bissau capital da UEMOA

As Jornadas de Informação sobre as actividades da UEMOA, seus objectivos e prioridades unificadoras, iniciaram-se terça-feira, 10 de Outubro, em Bissau.

A sessão de abertura decorreu no meio da manhã desse dia no Bissau-Hotel sob a presidência de Makthar Diop, ministro senegalés da Economia e Finanças, na sua qualidade de presidente do Conselho de Ministros da União, na presença de Hélder Vaz, ministro de Estado da Economia e Desenvolvimento Regional.

O presidente da Comissão da UEMOA, Moussa Toure, pronunciou um discurso em que agradeceu, através do ministro Hélder Vaz, o Presidente Koumba Yalá e seu Primeiro-Ministro, Caetano N'Tcha-ma, pelo caloroso acolhimento e atenção reservada a sua delegação.

Após Ouagadougou, em Março de 2000, disse Moussa Toure, Bissau constituiu, agora a primeira das grandes manifestações de comunicação de proximidade quanto às reformas da União, previstas pelo programa de comunicação adoptado em Julho de 1999.

"Ao organizar esta manifestação, cuja importância não escapa a ninguém, e, que durante dez dias fará de Bissau a capital da UEMOA, a Comissão quis responder à duas preocupações maiores expressas pelas populações da União, a respeito do processo de integração da UEMOA:

- de uma parte, pôr à sua disposição, através de uma estratégia de comunicação de proximidade, a informação necessária à compreensão dos mecanismos de integração e das medidas que são tomadas com vista a sua aceleração, e,

- doutra parte, obter a sua inteira participação no processo, respondendo às suas interrogações sobre as diferentes reformas e integrando as suas ideias, sugestões e propostas nos projectos dos textos que são submetidos às diversas instâncias de decisão da União.

Esta démarche, conforme a política

de comunicação da UEMOA, responde igualmente às recomendações dos seus órgãos dirigentes. Com efeito, preocupados em traduzir nos factos a necessidade de uma vulgarização de informações relativas à União, o Conselho de Ministros, na sequência da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo, havia encorajado vivamente a Comissão a empreender uma campanha alargada de comunicação. Visaria, assim, favorecer a necessária adesão das populações e operadores económicos ao projecto de integração sub-regional, e fazer deles os principais beneficiários esclarecidos da exacta medida dos seus direitos e como actores aptos a cumprir plenamente os seus papéis.

Nessa perspectiva, a Comissão preveu simultaneamente, algumas iniciativas em matéria de comunicação em duas direcções:

- A primeira, visa acções pontuais de comunicação dirigida a grupos alvos, a saber, os média e os operadores económicos;

- A segunda, permitiu a adopção pela Comissão, em 13 de Julho de 1999, de uma política e um programa quinquenal coerente de comunicação.

O programa, agrupando acções de comunicação de proximidade e acções de comunicação multimédia, foi submetido ao exame dos Estados membros no decurso de um atelier de concertação organizado, em Lomé, Togo, de 29 a 30 de Novembro de 1999.

O referido programa foi imediata-

mente posto em execução, através de acções de comunicação de proximidade, designadamente a organização de um seminário de informação sobre a união aduaneira a favor de uma sessentena de jornalistas dos Estados membros da UEMOA, seis dos quais eram da Guiné-Bissau; esse seminário lançou as bases de uma rede de jornalistas correspondentes da UEMOA. No mesmo sentido e à intenção do grande público burkinabe, a Comissão organizou em Ouagadougou, de 24 de Março a primeiro de Abril de 2000, jornadas de informação sobre os chantiers da UEMOA.

O objectivo das presentes jornadas de informação, em Bissau, visa, antes de mais, informar os decisores políticos, o corpo judiciário, os operadores económicos, os quadros administrativos, a sociedade civil, os alunos e estudantes e os média, do estado actual do processo de integração da UEMOA, cinco anos após a sua criação.

Para que isso seja possível, peritos do centro de elaboração das reformas da União virão até junto de vós falar-lhes dos diferentes volets do processo de integração da UEMOA e, sobretudo, responderão às vossas questões tomando nota das preocupações sobre o mesmo processo.

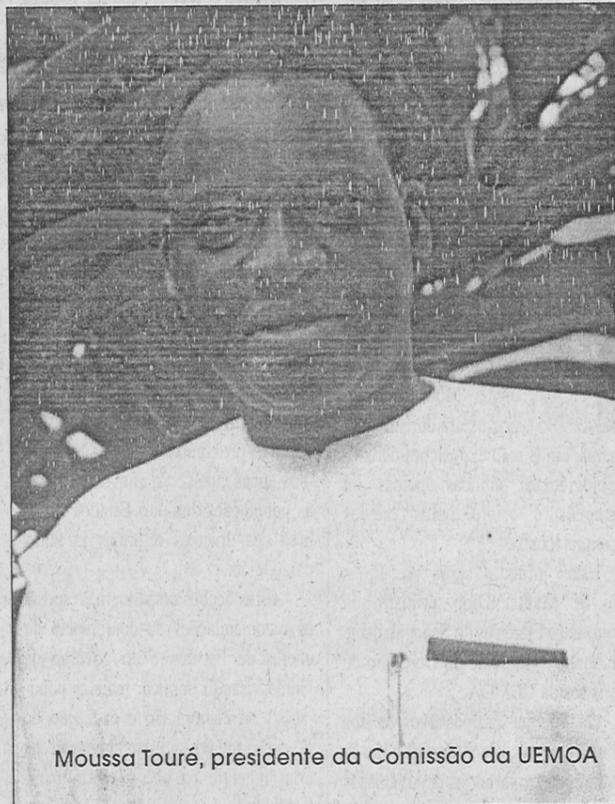
Esperamos que no fim desta semana de trocas de ideias sobre os chantiers da UEMOA estejais suficientemente esclarecidos, para que dentre vós haja quem contribua para a difusão das informações e haja outros que as aplique na prática com pertinência nos seus meios sócio-profissionais respectivos.

Gostaria de terminar saudando mais uma vez o sentido de responsabilidade e da maturidade do povo guineense que soube, cada vez, que diante de si se apresentem dificuldades, pôr o interesse nacional à frente de tudo, através do diálogo e concertação".

## Discurso de Makthar Diop,

Ministro da Economia e Finanças do Senegal e presidente do Conselho de ministros da UEMOA

"Gostaria de exprimir antes de mais a alegria e o prazer que sinto, de pernoitar nesta terra irmã da Guiné-Bissau, a fim de presidir esta manhã, aqui em Bissau, a cerimónia de abertura das "Jornadas de Informação sobre as actividades da



Moussa Touré, presidente da Comissão da UEMOA

UEMOA".

Que me seja permitida aproveitar esta ocasião para renovar à sua excelência senhor Koumba Yalá, Presidente da República, as vivas felicitações do Conselho de Ministros da União, pela sua brilhante eleição no fim de um processo eleitoral cuja transparência foi saudada pelo conjunto da Comunidade internacional.

Ao conjunto da classe política guineense, transmito as felicitações e encorajamentos dos órgãos da UEMOA e dizer que, nesta obra, posso garantir às autoridades e ao povo guineense o apoio constante da União. Pois, a organização, em Bissau, da presente manifestação, é uma das múltiplas expressões desta solidariedade efervescente com a Guiné-Bissau.

Com a realização destas jornadas de informação sobre os chantiers da UEMOA, a nossa União persegue os objectivos seguintes:

- Reafirmar ao povo guineense o apoio das Instituições e dos Estados membros da UEMOA, na sua luta pela reconstrução e o desenvolvimento perene do país;

- Exprimir às autoridades governamentais a disponibilidade dos órgãos e instituições especializadas da União a

consentir, em apoio aos seus esforços e em relação aos parceiros do desenvolvimento, os meios necessários à apropriação, pela Guiné-Bissau, do processo de integração;

- Enfim, e o senhor presidente da Comissão já o disse, dar esclarecimentos necessários por forma a permitir a que diversas camadas sócio-profissionais da Guiné-Bissau possam beneficiar não só das vantagens incluídas pelas reformas empreendidas pela União Económica e Monetária Oeste-Africana desde há cinco anos, mas, também, possam ser seus actores decisivos.

Ao criarem a UEMOA, em 10 de Janeiro de 1994, em Dacar, as altas autoridades dos nossos Estados nutriam só uma preocupação: a de facilitar a inserção dos nossos países num mundo em perpétua mutação, onde os Estados tomados individualmente seriam impotentes e quase condenados à disparição.

Contudo, o surgimento da UEMOA, além de constituir uma resposta às crises económicas que os nossos países haviam conhecido noutra época e que haviam conduzido à desvalorização da nossa moeda comum, era a expressão de uma vontade de inserção no processo internacional de mundialização, marcado pela constituição de blocos económicos



Makthar Djop, ministro da Economia e Finanças do Senegal, presidente do Conselho de Ministros da UEMOA



regionais na Europa, Ásia e Américas.

Tratou-se de criar, na África Ocidental, ao nível dos Estados que têm em comum o uso da mesma moeda, o franco CFA, um espaço homogêneo e harmonioso com o alargar do domínio económico, a solidariedade que os tem ligado há mais de trinta anos, no plano monetário. E para se fazer, os nossos Estados, conscientes da sua interdependência, decidiram fazer convergir as suas políticas económicas, e, igualmente, de harmonizar suas legislações, unificando seus mercados e criar políticas comuns nos principais sectores do desenvolvimento económico e social.

Os resultados esperados desta nova dinâmica são o reforço da complementaridade dos aparelhos de produção, o aumento dos investimentos e a redução das disparidades do nível de desenvolvimento entre os Estados membros; em suma, o melhoramento constante do nível de vida das populações.

Contudo, esta dinâmica não se cria sem haver esforços empreendidos na sub-região e no continente para favorecer o desenvolvimento económico-social. É por isso que a UEMOA inscreveu, desde o começo, tal como o ilustrou o presidente da Comissão, na lógica dos esforços de integração regional em curso em África, nomeadamente pela Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental, CEDEAO, apelando os outros Estados da região que partilham os seus objectivos a juntar-se a ela.

Desta feita, respondendo a este apelo, o vosso país, no termo de um acordo de adesão assinado em 6 de Março de 1997, tornou-se o oitavo Estado membro da UEMOA desde o dia 2 de Maio do mesmo ano.

Os eventos infelizes que o vosso país atravessou nos últimos meses mais tarde, não favoreceram o cumprimento rápido e integral deste empenhamento. É, portanto, com alívio e orgulho que acolhemos a reimplantação de novas instituições republicanas saídas das urnas e que concorrem, agora, na integração efectiva da Guiné-Bissau no seio da Comunidade Internacional. É a razão pela qual nós não duvidamos que a Guiné-Bissau passará a ocupar o

lugar que é seu no seio da União Económica e Monetária da África Ocidental, para ser seu membro efectivo; é a vontade do conjunto das altas instâncias da União: a Conferência dos Chefes de Estado como o Conselho de Ministros e a Comissão empenham-se firmemente a contribuir nessa via.

Mas, para se chegar a tais objectivos, torna-se importante colocar a população da Guiné-Bissau no mesmo nível de informação sobre as reformas da União que os seus irmãos e irmãs dos outros Estados membros; é o objectivo perseguido pelas presentes jornadas de informação sobre as actividades da UEMOA.

(...) Confiante que a presente manifestação, que agrupará durante uma semana, as instituições, administradores, jornalistas, operadores económicos, a sociedade civil entre outros, contribuirá no esclarecimento das diferentes camadas sócio-profissionais da Guiné-Bissau, sobre o processo de integração da UEMOA. Declaro abertas as jornadas de informação sobre as actividades da UEMOA, em Bissau.

### Discurso de Hélder Vaz, ministro de Estado da Economia e Desenvolvimento Regional

Gostaria de começar por exprimir, em nome do governo da Guiné-Bissau e em representação de Sua Exa. sr. Primeiro Ministro, a nossa profunda satisfação pelo facto de acolhermos, pela primeira vez, no nosso país, um acontecimento de elevado relevo, quanto estas jornadas de informação sobre a UEMOA.

Apraz-nos, igualmente, manifestar a nossa profunda gratidão à suas Excelências o senhor presidente do Conselho de Ministros e ao senhor presidente da Comissão da UEMOA, que, apesar dos constrangimentos de agenda, prontamente aceitaram participar neste evento.

O nosso reconhecimento, vai também para os técnicos do MEDR e do Ministério das Finanças bem como para os quadros da Comissão da

UEMOA que em condições precárias, não pouparam esforços do sentido de tornar estas jornadas uma realidade.

Após a adesão em 1987, o Governo de coligação PRS/ RGB de base alargada tem hoje a plena integração da Guiné-Bissau na UEMOA o conceito de um desafio que urge vencer.

A progressiva afirmação da globalização e a rápida abertura dos mercados acelerada nas décadas 80 e 90 do século passado, por um processo de liberalização e desregulamentação a escala mundial impõe aos actores políticos e agentes económicos a adopção de novas estratégias e novas práticas.

Os grandes objectivos do nosso desenvolvimento económico nacional tais como a promoção da competitividade, a valorização dos produtos nacionais a criação de mais e melhores empregos, a captação e a realização de investimento directo, a promoção de exportações, aquisição de tecnologia de serviços de engenharia e projectos, o financiamento e o acesso aos mercados capitais, a valorização dos recursos humanos, etc., só serão viáveis no quadro de um mercado de maior dimensão, estruturalmente competitivo, com base num ambiente jurídico racionalizado e em regras harmonizadas.

Assim, a integração sub-regional constitui para nós, povo e o Governo da Guiné-Bissau, um vector estratégico fundamental do desenvolvimento económico, social e cultural. "A integração é portanto um desafio global da sociedade guineense, assumido pelo actual Governo com empenho e determinação", disse ele.

O Governo assume, com segurança e sem reservas esta opção estratégica, com a firme convicção de que a coesão económica e social do país se defende e se constrói agindo em direcção ao futuro e não fugindo às responsabilidades de uma história em evolução. "A mudança fundamental na

nossa nova política para a integração e a internacionalização, e consiste em que o Governo da nova maioria pretende passar de uma integração passiva a uma integração activa protagonizada pela Guiné-Bissau ao lado dos seus parceiros e irmãos da União".

É por isso que a Guiné-Bissau faz dos seus objectivos os da União substanciados, entre outros, na criação de um mercado comum, assente no direito à livre circulação das pessoas, bens e capitais; no direito de estabelecimento e na adopção da União Aduaneira e de uma política comercial; na instituição da vigilância multilateral com vista à convergência das reformas e das políticas económicas; no reforço das actividades económicas e financeiras dos Estados Membros e na harmonização das legislações.

O novo Governo tem envidado esforços no sentido de cumprir os critérios de convergência, tendo apresentado à Comissão no quadro do Pacto de Convergência, de estabilidade, de crescimento e de solidariedade, um programa plurianual de convergência, ora em reformulação para posterior apresentação antes do final de mês de Outubro.

"Porque acreditamos na União e apesar dos constrangimentos que o país enfrenta, na procura de seguir, no essencial as orientações de política económica emanadas do Conselho de Ministros da UEMOA, com vista ao Downsizing da Administração", disse Hélder Vaz, referindo-se ao processo de recenseamento dos Antigos Combatentes, que recentemente iniciou, das acções em curso que visam a identificação e eliminação dos funcionários fantasmas e privatização de alguns serviços públicos. "Estamos a proceder a uma significativa reforma dos "Marché-Publique".

Nesse discurso, o ministro da Economia anunciou que no próximo ano o Governo procederá a uma profunda reforma fiscal, por forma a ele-

var o nível de arrecadação de receitas e a melhorar o rácio da massa salarial sobre as receitas fiscais que continuam elevados. "Estamos prestes a iniciar um programa de regularização dos atrasados internos, até ao final do ano lançaremos um ambicioso programa de apoio ao desenvolvimento do sector privado, enquanto preparamos, com apoio do Banco Mundial, um projecto de desenvolvimento do sector privado que envolve reformas em sectores económicos essenciais".

Vaz Lopes considerou positivo o balanço de oito meses de governação, disse que o momento é o fruto da melhoria significativa da gestão macro-económica que se discute hoje com as instituições de Bretton Woods sobre um programa trienal e no âmbito da iniciativa PPTE o perdão da substancial da dívida externa acumulada ao longo dos anos da má gestão que o país enfrentou, neste caso o PAIGC.

Igualmente, o ministro de Estado, aproveitou a ocasião para, em nome do Governo, formular votos de apelo junto aos presidentes do Conselho de Ministros e da Comissão da UEMOA, no sentido de traduzirem junto das instâncias comunitárias a necessidade urgente que tem o nosso país de através de fundos apropriados promover a sua melhor e mais harmoniosa integração no seio da União, habilitando-se desse modo, a responder melhor aos desafios da harmonização e da convergência real das nossas economias e mercados.

Finalmente, Hélder Vaz Lopes, reafirmou a nossa adesão, em relação aos princípios, às regras e ao espírito da União, para que estas jornadas em acção sejam a ocasião, há tanto esperada para um debate sério, desapassionado e enriquecedor sobre os caminhos a trilhar e as reformas a empreender para uma melhor e mais frutuosa integração do nosso país no mercado e no espírito dessa comunidade de Estados e dos povos que é a UEMOA.



# UEMOA: Objectivos, Órgãos e Funcionamento

A Guiné-Bissau aderiu à União Económica e Monetária da África Ocidental, UEMOA há cerca de três anos. Não importa saber, agora, da forma como se fez essa adesão. O importante é que o País se tornou o oitavo Estado-parte da União, usufruindo de todos os benefícios que o projecto pode oferecer. Em gesto de esclarecimento, propomos, aqui, ao leitor do NP, a beleza de um ideal maior de Africanos que não sabem só construir a pobreza e conflitos armados...

## O espaço da UEMOA

A UEMOA compreende oito (8) países da África Ocidental. A sua criação veio dar uma nova dimensão aos valores tradicionais de coesão e de solidariedade.

A UEMOA compromete-se a construir o futuro dos seus Estados Membros que são: o Benin, o Burkina-Faso, a Côte d'Ivoire, a Guiné-Bissau, o Mali, o Níger, o Senegal e o Togo.

Juntos, estes países decidiram unirse para afrontar os desafios do terceiro milénio.

Os oito países da UEMOA cobrem uma superfície total de 3 509 125 Km<sup>2</sup> para uma população de 70 milhões de habitantes, ou seja mais de 30% da população total da África Ocidental.

Mais da metade desta população tem menos de 25 anos e a taxa de crescimento demográfico média da UEMOA é de 3%.

## Vantagens da UEMOA

A UEMOA conta com várias vantagens para poder afrontar o desafio da integração:

- um mercado de 70 milhões de consumidores;
- uma complementaridade natural entre os países sahelianos e costeiros;
- e, sobretudo uma moeda única, o Franco CFA. É uma das grandes conquistas da UMOA, a União Monetária Oeste Africana, de que a UEMOA é o prolongamento.

## Objectivos da UEMOA

A União Económica e Monetária Oeste Africana prossegue 5 objectivos:

- Reforçar a competitividade das actividades económicas e financeiras dos Estados Membros no âmbito de um mercado aberto e competitivo e de um quadro jurídico racionalizado e harmonizado;
- Assegurar a convergência dos desempenhos e das políticas económicas dos Estados Membros, pela implementação de um processo de supervisão multilateral;

- Criar, entre os Estados Membros, um mercado comum, baseado na livre circulação das pessoas, dos bens, dos serviços, dos capitais e no direito de estabelecimento das pessoas que exercem uma actividade independente ou assalariada, bem como sobre uma Tarifa Exterior Comum e sobre uma política comercial comum;

- Harmonizar as legislações dos Estados Membros e, em particular, o seu regime fiscal na medida necessária ao bom funcionamento do mercado comum;

- Instituir uma coordenação das políticas sectoriais nacionais, através da implementação de acções comuns e, eventualmente, de políticas comuns nos seguintes sectores: ordenamento do território, agricultura, meio ambiente, transportes, infra-estruturas, telecomunicações, recursos humanos, energia, indústria, minas e artesanato.

## Actividades da UEMOA

A UEMOA leva a cabo as seguintes actividades:

### 1- Harmonização do quadro jurídico, fiscal e contabilístico

As orientações da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo neste domínio visam, por um lado, levantar as barreiras ligadas à inadaptação do quadro jurídico e fiscal da actividade económica e, por outro lado, completar a política monetária dos Estados pela criação de um mercado financeiro regional integrado.

### 2- Supervisão multilateral das políticas macro-económicas

A supervisão multilateral permite aos Estados Membros o exercício de um controlo recíproco sobre as respectivas políticas económicas, a fim de poderem fazer face, em tempo oportuno, aos graves desequilíbrios macroeconómicos eventuais, prejudiciais à estabilidade monetária.

### 3- Criação do mercado comum

A criação do mercado comum, conjuntamente com a supervisão multilateral,



concorre para a implementação de políticas comuns no seio da União.

O mercado comum visa a realização de um mercado de consumidores no sio do qual as mercadorias poderão circular livremente entre os Estados, sem nenhuma restrição nem discriminação de qualquer natureza.

Isto é possível graças, à supervisão

dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas nas suas trocas, à aplicação de regras comuns de concorrência, de uma Tarifa Exterior Comum e uma política comercial comum entre os Estados Membros e os restantes países.

### 4- Políticas sectoriais

As políticas sectoriais propõem-se assegurar o ordenamento equilibrado do território comunitário pela implementação de políticas comuns realistas e eficientes no conjunto dos sectores de desenvolvimento económico e social dos Estados Membros, nomeadamente:

- O desenvolvimento dos recursos humanos: ensino superior e formação profissional, promoção da mulher, melhoramento do nível sanitário;
- O ordenamento do território comunitário, das infraestruturas, dos transportes e das telecomunicações;
- A agricultura, a pecuária, a pesca e o meio ambiente;
- A energia, a indústria, as minas e o artesanato.

## Órgãos da UEMOA

### Órgãos de Direcção

- 1- A conferência dos Chefes de Estado e de Governo
- 2- O Conselho de Ministros
- 3- A Comissão

### Órgãos de Supervisão

Em matéria de supervisão, existem dois órgãos: um de supervisão jurisdiccional e outro de supervisão parlamentar.

### Supervisão Jurisdiccional

- 1- O Tribunal de Justiça
- 2- O Tribunal de Contas

### Controlo Parlamentar

O Comité Interparlamentar

### Órgãos Consultivos

A Câmara Consular Regional

### Instituições Autónomas Especializadas

- 1- O Banco Central dos Estados da África Ocidental(BCEAO)
- 2- O Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD)

# Estrela do Mar quer recuperar postos de venda de pescado de Bissau

**A Estrela do Mar, empresa mista de pesca, quer recuperar todos os talhos de Bissau para reativar a venda do pescado ao público a preços acessíveis. É o Director-Geral desta empresa quem o revelou em entrevista à ANG.**



Paulo Cirilo Cassamá disse que a materialização desta intenção depende apenas do aval da Câmara Municipal de Bissau (CMB). Vamos abordar, neste sentido, e dentro de pouco tempo, a CMB. Caso fôr impossível recuperarmos os espaços desses antigos talhos, faremos propostas para a concessão de novos terrenos.

A construção de uma

câmara frigorífica e a colocação de pescado de qualidade no mercado, são, segundo Cirilo Cassamá, outras das grandes metas a atingir pela empresa Estrela do Mar.

De acordo com este responsável, a instalação de uma câmara frigorífica no terreno afecto ao armazem da empresa em Blola já foi negociada com armadores, devendo as obras iniciar no princípio do ano que vem.

Esta obra vai resolver um grande estrangulamento da Estrela do Mar, que é a conservação do pescado, e diminuir os custos que tem consentido de então para cá no aluguer de câmaras frigoríficas.

Questionado sobre as actividades em curso, Cirilo Cassamá referiu que elas resumem-se apenas no agenciamento e venda de pescado.

Neste momento dispomos de 8 barcos, 3 dos quais são da China e os cinco outros pertencem a, um armador francês, que detém 49 por cento da quota da empresa.

No que diz respeito a segunda actividade, disse que mensalmente, a Estrela do Mar coloca no mercado de Bissau 100 toneladas de pescado.

Abordado sobre as dificuldades com que depara a empresa, Cirilo Cassamá salientou que a empresa tem tido certos constrangimentos relacionados com o seu funcionamento, designadamente, o pagamento de salários do pessoal e outras despesas à ela inerentes.

O Estado, embora sócio maioritário com 51 por cento da quota da empresa, não tem dado a mínima contribuição financeira, obrigando-a a sobreviver através da comercialização do pescado, isto é, as referidas cem toneladas de peixe de terceira

qualidade, fornecido por um armador francês sócio da empresa.

Segundo Cirilo Cassamá o porto de Bissau tem constituído uma dor de cabeça para a empresa, devido os elevados custos de taxas, cerca de dois milhões de francos cfa, de atracagem aplicados aos seus barcos.

O Director-Geral da Estrela do Mar apontou ainda outros gastos, cerca de dois milhões de francos CFA mensais, em aluguer de câmara de conservação do pescado.

A Estrela do Mar foi a primeira empresa mista de pesca fundada depois da independência, no âmbito da cooperação entre a Guiné-Bissau e a ex-União Soviética.

Com a extinção da ex-URSS, os 49 por cento que detinha na sociedade foram privatizados e passaram para um armador francês.

## Relatório do FAO

# Não esconde gravidade de fome no mundo

As comunidades humanas do Mundo celebram a 16 deste mês, a Jornada Mundial de Alimentação, (JMA). Pela mesma ocasião, a Organização da ONU para a Alimentação e Agricultura, FAO, apresentará o seu relatório anual sobre o estado de insegurança alimentar no mundo, simultaneamente em Londres, Washington, Nairobi, Bangkok, Berlim, Roma, Dublin e em várias outras cidades.

Esta segunda edição da SOFI 2000, informa sobre os esforços consentidos tanto no plano nacional que internacional, para atingir os objectivos da Cimeira mundial sobre a alimentação e introduzir um novo utensílio que permita avaliar a gravidade ou persistência da fome no mundo.

Aquando da Cimeira Mundial da Alimentação, realizada em Novembro de 1996 na sede da FAO, em Roma, na Itália, os chefes de Estado provenientes de 185 países e a Comunidade Europeia, se tinham empenhado a reduzir para metade e antes do ano 2015, o número de pessoas que sofrem de sub-alimentação crónica pelo mundo fora.

Já no ano passado, a SOFI infor-

mava sobre o número de sub-alimentados e sua repartição geográfica no mundo. Este ano, o relatório vai mais longe, avaliando a gravidade ou persistência da fome, medindo também o défice em calorías nos regimes alimentares dos que se alimentam mal.

Na capital britânica, a SOFI 2000 será apresentada na segunda-feira, 16 de Outubro, em conferência de imprensa no bureau de informação da ONU, com Hartwig de Haen, sub-director geral do FAO para os assuntos económicos e sociais e sra. Barbara Burlingame, perita afecta à divisão da nutrição da FAO. Ambos responderão às questões dos jornalistas interessados.

Em Washington, porém, será organizado um evento mediático no

bureau de ligação da FAO sito naquela capital norte-americana. No Quénia terá lugar também em evento similar, assim como em Bangkok, Dublin, Berlim e outras cidades. Em Roma, será lida pela ocasião um comunicado nas línguas inglesa, francesa, espanhola, árabe e italiana. Para os rádios televisoras, a SOFI 2000 disponibilizará um video news que ilustra a produção de mandiocas no Gana, e tem também à disposição das rádios um documento contendo entrevistas com os peritos sobre a SOFI 2000.

In FAO  
Tradução franc-port:  
Enfamará Cassamá



## AGBRADECIMENTO



Marcelina Rosa Moreira Pereira, esposa, irmãos, filhos, sobrinhos e demais familiares, vêm através desta agradecer penhoradamente a todos aqueles que lhes acompanharam na sua dor ou de uma forma ou lhes manifestaram os seus sentimentos de pesar pelo desaparecimento do marido, irmão, pai, tio e familiar **PAULO PEREIRA**, que fora alto funcionário do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia - Direcção de Alfabetização, ocorrido no dia 20 de Setembro findo, vítima de uma doença.

## CONDOLÊNCIAS

Por ocasião do desaparecimento físico daquele que sempre foi para muitas gerações dos naturais de Bissorã, o sempre conhecido e estimado irmão e colega, **PAULO PEREIRA**, e um dos pioneiros da concretização dos ideais que nortearam a criação da **ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DO SECTOR DE BISSORÃ "ANASB"**.

Na rendição da justa homenagem é que a Direcção desta Associação em nome de todos os seus membros, vem exprimir a sua profunda dor e consternação a toda a família enlutada do querido Professor **PAULO PEREIRA**, ao lado da qual se colocam vivendo as mesmas mágoas e tristezas.

A Direcção da ANASB

## COMUNICADO

São por este meio convidados, todos os produtores, intermediários e exportadores enfim todos os operadores económicos envolvidos na comercialização da castanha de caju, incluindo os transportadores, os Bancos Comerciais, os Serviços Portuários, as Alfândegas, as entidades policiais, os Serviços Veterinários, as organizações de classe e patronais e demais organismos públicos e privados a tomarem parte no debate do relatório sobre o sector do caju na Guiné-Bissau, elaborado no quadro do projecto de Desenvolvimento do Sector Privado do Banco Mundial.

Os debates têm por objectivo a elaboração de um novo Decreto-Lei que reúna o máximo de consenso possível e que tenha em conta as recomendações do referido relatório e serão realizados a nível provincial e nacional, conforme o

PROVÍNCIA	REGIÕES	LOCAL	DATA
NORTE	Cacheu Oio	Bula (Centro Olof Palm)	16 de Outubro
SUL	Tombali Quinara Bolama/Bijagós	Buba (Comité de Estado)	18 de Outubro
LESTE	Bafatá Gabú	Bafatá (Cinema)	20 de Outubro
BISSAU/BIOMBO	Biombo Sector A.Bissau	Bissau (Hotel 24 de Setembro)	23 de Outubro
CONFERÊNCIA NACIONAL	Todas as regiões	Bissau (Bissau Hotel)	26 e 27 de Outubro

seguinte calendário.

A cópia do relatório que será objecto de análise estará a disposição dos interessados nas sedes regionais e Bissau nas principais Associações Empresariais, tais como: Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura, Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau, Associação Guineense dos Pequenos Comerciantes, Associação Nacional dos Exportadores da Castanha de Caju, Associação de Mulheres de Actividade Económica e Associação Nacional dos Transportadores. Também serão enviadas cópias para os Comités de Estado das Regiões e para as Delegacias Regionais de Comércio.

Mais se informa que alguns exemplares estarão ainda a disposição dos interessados no escritório da Unidade de Coordenação do Projecto de Desenvolvimento do Sector Privado, sita na Rua Justino Lopes 74 / A, Chão de Papel, antiga sede da Comissão Regional de Eleições do Sector Autónomo de Bissau.

# Médio-Oriente à beira de uma guerra global

**O alargamento do ultimato de Barak à Yasser Arafat não serviu para grande coisa. Os palestinianos continuaram com as violências contra soldados israelitas ao ponto de lincharem, na terça-feira, dois militares de Israel.**

**A resposta de Telavive não se fez esperar. Helicópteros enviados a Faixa de Gaza bombardearam com mísseis a localidade matando vários palestinianos. Hoje, sexta-feira, os palestinianos prometeram fazerem "dia de cólera" árabe.**

Todas as atenções da Comunidade Internacional estiveram na segunda-feira, 9 de Outubro, voltada ao Médio-Oriente, dia em que expirou o primeiro ultimato do chefe do Governo israelita, Barak, à autoridade palestinianiana para o fim do levantamento.

Caso a autoridade palestina, chefiada por Yasser Arafat não lograsse pôr fim ao levantamento do seu povo contra os soldados israelitas, Telavive seria forçada a utilizar meios coercivos invadindo todo o território palestino, explicou o primeiro-ministro Barak.

A festa judaica de younkippour terminou nesse dia, e o Estado de Israel mobilizou uma força considerável nas últimas 48 horas contra a oposição palestina.

No domingo, apesar do levantamento popular dos palestinianos ter-se baixado de intensidade, a situação continuava precária na segunda e terça-feiras. Os palestinianos voltaram a manifestar ontem e hoje na Cisjordânia, o mesmo sucedendo com a população árabe de Israel que se solidarizaram com os seus irmãos da Palestina.

**Dezenas de feridos em Napluse, Djénine, Ramallah...**

O correspondente da RFI em Ramallah, presenciou no norte dessa cidade, na via de Napluse, que as confrontações não cessaram toda a tarde e só na mesma cidade cerca de sessenta pessoas sofreram ferimentos, enquanto noutras cidades o número dos feridos é estimado em cerca de 126. Estas manifestações, apesar de durarem todo o período da tarde, perderam a sua intensidade inicial. A população palestinianiana está muito chocada. "Encontramo-nos com alguns participantes-atiradores da pedras-que prometeram voltar amanhã, (3ª feira, 10 de Outubro)".

**Como se explica o ultimato lançado pelo primeiro-ministro Israelita?**

"Barak ameaçou, declarar-nos guerra, mas ele já está a fazer-nos guerra. Além disso o número de colónias judaicas na Cisjordânia está estimado em três mil, mas este número aumentou agora, a ponto de ultrapassar o total de colónias no tempo de Benjamine Nyatanyaw, que era na altura líder do Ligud". Esta é a razão da nossa ira", explicam, adiantando que não cabe a Barak o papel de dar-nos ordens e ultimatums, porque nós jamais conhecemos a paz só guerras".

Enquanto isso, em Israel, na cidade de Nazaré, a população árabe do Estado de Israel manifestou-se em apoio a população palestinianiana, resultando na morte de duas pessoas.

No dizer do líder palestiniano, Yasser Arafat, 117 pessoas teriam sido mortas nos confrontos dos 12 últimos dias e 2.932 feridos.

**A diplomacia entra em acção pelo retorno da paz**

Perante a gravidade da situação, a diplomacia norte-americana entrou no jogo na segunda-feira, tendo a frente Madaleine Albright que reafirmou que não pode haver lugar para uma solução militar para o conflito.

Outro correspondente da RFI em Washington refere que Bill Clinton, que passou a noite em Nova Iorque, seguiu para Casa Branca, onde manteve contactos telefónicos. É que os EUA aguardam sinais das duas partes - Israel e Palestina - mas é preciso dizer que ele pressiona mais a Palestina, particularmente Arafat, para pedir publicamente a cessação das hostilidades, enquanto, evidentemente apelava o Estado de Israel a dar provas de retenção, apesar da oposição do exército israelita alegar que está apenas a fazer face ou a responder as provocações da rua. Nesse sentido, a diplomacia americana avança numa linha estreita para encontrar uma saída a esta situação de interdiária deste conflito, isto é, sem dar maior proveito a uma ou outra parte. De recordar que no voto do Conselho de Segurança, os EUA

concederam muitos favores ao mundo árabe ao não fazer uso do seu veto, isto apesar do favor que concedeu também ao Estado de Israel denunciando as violências dos manifestantes palestinianos, as quais, segundo a visão de Albright, põe o território Palestino em estado de sítio. Agora, a grande prioridade dos EUA é conter o conflito de modo a que não se torne numa braseira total que tornaria nocivo os seus interesses naquela região.

O Presidente Bill Clinton, com o fito de desmontar o mal peça a peça, pediu ao chefe de Estado sírio para usar a sua influência com vista a libertação dos três soldados israelitas raptados pelo Hezbollah no sul do Líbano.

Mas a peça mestra é o que se passa na rua. E aqui em Washington, corre a ideia de que nada pode ser feito neste momento sem que a calma retorne ao terreno. Depois disto, se procurará uma saída mais activa, organizando uma cimeira fora dos EUA na medida em que o símbolo do Camp David se tornou negativo.

**Rússia entra na corrida diplomática**

O ministro russo dos NE esteve nessa segunda-feira na região do Médio-Oriente. Em Damasco, o diplomata russo recebeu o apoio efectivo do Presidente sírio na acção que empreendeu para desactivar a crise. Consta que o ministro russo apelou nesse mesmo dia a Israel a cessar os massacres nos territórios árabes. Depois, escalou Beirute, Líbano, antes de se deslocar aos territórios palestinianos em Israel.

Kofi Annan, Secretário Geral da ONU participa também na corrida com uma deslocação à Israel e Gaza, afim de tentar impedir uma escalada global das violências.

Neste momento em que expira o ultimato, Yasser Arafat disse que irá insistir junto de Annan parapropon a criação de uma comissão internacional de inquérito sobre as violências nos territórios palestinianos sob ocupação israelita.

No Luxemburgo, os ministros europeus dos Negócios Estrangeiros da União estimaram a prioridade absoluta para as

partes é tomar, nas próximas horas, medidas paralelas que se impõe no sentido de baixar a escalada da região.

**Em Israel**

Parece que se está a caminhar rumo a um novo dado político consecutivo a subida em potência nos últimos dias dos árabes israelitas solidários com os palestinianos. De 28 de Setembro para cá, dois deles caíram vítimas de tiros israelitas. Os deputados árabe no Knesset e de todos os partidos confundidos, anunciaram a intenção de apresentar uma moção que teria como objectivo levar o primeiro-ministro israelita a concretizar a sua aliança com a direita e com o Likud de Ariel Sarogne.

Nessa segunda-feira, a situação na fronteira israelo-libanesa permaneceu calma. Os soldados israelitas enviados para aquela zona estão em estado de alerta. Eles temem ataques a qualquer momento por parte do Hezbollah, que raptou já três militares israelitas.

Enquanto isso, no Líbano, a situação continuava estranhamente calma nesse dia, sobretudo na zona da fronteira israelo-libanesa. O que não acontecia há cerca de duas semanas. Nenhum atirador de pedras se deslocou às portas da Fátima, que tem sido teatro de violentas manifestações anti-israelita desde o início da nova Intifada.

Contudo, a tensão está muito alta na espera dos resultados dos contactos em curso, visando desanuviar a crise provocada pelo rapto, no sábado, 6 de Outubro, de três soldados israelitas pelas forças do Hezbollah na zona da fronteira israelo-libanesa.

Esses contactos que envolvem várias partes, são feitas discretamente, implicando o representante especial de Kofi Annan no sul do Líbano, o sueco Rolf Kunutsen e o delegado do Comissão internacional da Cruz Vermelha, Henri Fournier. Outras informações da imprensa, que não foram confirmadas e nem desmentidas, falam também de uma mediação alemã. Recorde-se que a Alemanha desempenhara um importante papel aquando de outras negociações que levaram à troca de prisioneiros entre o Hezbollah e Israel.

O delegado de Annan evocou os últimos acontecimentos com o Chefe de Estado libanês e pediu à Beirute o envio de tropas suplementares para o sul do Líbano para garantir a segurança. Uma mensagem que tem pouca probabilidade de ser ouvida, pelo menos enquanto persistir a situação actual.

Entretanto, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita afirmou no mesmo dia em que expirava o ultimato israelita à Palestina, que o seu país ripostaria, se o Estado de Israel cumprisse as ameaças de lançar ataques contra a Síria e Líbano.

## Sul da Guiné-Conacri entre ferro e fogo Aviões matam soldados "nánias"

Dois aviões não identificados, atacaram terça-feira um centro militar da aldeia de Coyá, sita no sul de Conacri. Os caças surpreenderam os militares no seu aquartelamento, o que provocou a morte de mais de uma dezena deles, uma vez que nem um tiro puderam fazer contra os dois aparelhos. Conacri alteou a voz, indicando que os dois aparelhos vieram da Libéria. Razão porque acusou imediatamente esse seu país vizinho e o Burkina-Faso de estarem a apoiar as forças rebeldes que nos últimos meses do ano têm estado a desestabilizar a Guiné-Conacri.

## Eleições na Côte d'Ivoire General Gueï faz tudo para vencer

O supremo tribunal de justiça da Côte d'Ivoire anunciou a princípio desta semana cinco nomes dos candidatos elegíveis do país, em detrimento de Alassana Ouatará e de vários outros.

Esta decisão do ST ivoirense não agradou, por promulgar exclusões sociais. Por exemplo, em França, um grupo de partidários e simpatizantes descontentes do partido de Ouatará, RDR, invadiram a embaixada ivoirense na capital francesa, incendiando e saqueando parte da instalação.

Outro candidato excluído é o do PDCI-RDA. O bureau político dessa formação política reuniu-se nesse dia e teceu as seguintes conclusões:

"O bureau político do PDCI-RDA, afirma que nenhuma eleição presidencial credível não pode decorrer na Côte d'Ivoire sem a participação do PDCI-RDA. Se esta exigência for mantida, o PDCI-RDA se reserva o direito de encetar qualquer medida e empreender todas as acções por forma a não deixar desviar a democracia na Côte d'Ivoire. Porque fiel aos ensinamentos do seu pai-fundador, o presidente Félix Houphouët-Boigny, o PDCI-RDA pauta-se na preservação da paz. Por essa razão, convidamos a todos os nossos militantes a permanecerem vigilantes, serenos, mobilizados e à escuta da direcção do partido".

No seio do partido do fórum reina o mesmo ambiente. É um pequeno agrupamento de pequenos partidos próximos do RDR, de Alassana Ouatará, que estimaram que as eleições não poderão ter lugar, indicando, citamos: "Nós não aceitamos esta lista de candidatos, posto que 80 por cento do eleitorado foi posto de lado". A verdade é que esse agrupamento prometeu fazer o impossível para impedir a realização da eleição. Afastado o principal challenger do General Gueye, Alassana Ouatará, que o supremo tribunal taxou de possuir a "moralidade duvidosa", o chefe da junta militar vai ter que enfrentar apenas um candidato de peso: Laurent Gbagbo, do partido socialista ivoirense. Para ele, não há problema. A sua participação no acto eleitoral será activa.

## Canhões voltam a falar no sul da Guiné Conacri

Os rebeldes que flagelam comunidades do sul da Guiné-Conacri, desencadearam quinta-feira, mais um ataque contra a aldeia de Coyana. A investida foi relizada com canhões. O ministro conacri-guineense do interior acusou a Libéria e a Serra Leoa de serem os padrinhos dos rebeldes, com o apoio do Burkina-Faso. O nome do chefe da rebelião, é Mohamed Lamine Fofana, capitão, muito antipático a Lansana Conté.

## OMS na erradicação da poliomielite Jornadas nacionais de vacinação arrancam domingo

A primeira fase das jornadas nacionais anti-poliomielite arrancam este domingo, estando o Ministério da Saúde em colaboração com a OMS e outros parceiros a ultimar os preparativos da cerimónia oficial da abertura que terá lugar em Bissau, cujos trabalhos irão continuar durante uma semana e serão alargados a todas as regiões do país, indicou uma nota de imprensa.

De acordo com as orientações do Bloco Epidemiológico da África Ocidental e Central, no quadro da meta proposta pela OMS para a erradicação da poliomielite no continente africano, a organização das jornadas sincronizadas e as campanhas vão decorrer de porta à porta para permitir que todas as crianças de 0 a 4 anos possam ser vacinadas onde quer que estejam.

Por sua vez, os países,

neste âmbito, organizaram "ataliers" para a adopção de estratégias e mecanismos que permitam organizar campanhas, por forma a garantir o cumprimento dos objectivos preconizados e superar as dificuldades que esta actividade impõe, nomeadamente as questões das fronteiras, das zonas de conflito, entre outras.

"Foi nessa base e no quadro da iniciativa Saúde para a Paz, que de 19 à 21 de Setembro último, organizado pela OMS em

colaboração com o Ministério da Saúde, o país acolheu o atelier Inter-países para a sincronização das Jornadas Nacionais de Vacinação, onde estas e mais questões foram debatidas, conforme as recomendações produzidas na síntese", lê-se na nota.

A mesma indica, que, de 20 à 25 de Novembro próximo, será efectuada a segunda fase das vacinas sincronizadas. Com efeito, além de apoio técnico, a OMS deu também um

apoio financeiro da ordem dos 207.142 USD - cerca de 145 milhões de francos CFA.

Por outro lado, a UNICEF, Rotary Club, a CDC-Atlanta, Plan International e outros parceiros, já deram as suas contribuições financeiras.

Para este evento tão importante para o futuro das gerações deste país, a OMS lançou um vibrante apelo aos pais e encarregados de educação, homens e mulheres para que não só apoiem, mas,

fundamentalmente, facilitem a realização das campanhas, permitindo bom desenrolar da vacinação, e fornecendo aos técnicos todas as informações necessárias e/ou complementares para o exercício das actividades no terreno.

A nota termina com este slogan: "Participemos todos nas Jornadas Nacionais de Vacinação Sincronizadas, afim de garantirmos um futuro saudável às nossas crianças".

## OMS e a Estratégia regional africana para 2000-2001 Saúde mental e o trabalho

A Saúde mental é um componente essencial e integrante da vida humana, pelo menos, é o que faz entender a definição da Organização Mundial de Saúde, OMS.

"Não é simplesmente a ausência de doença mental, inclui também os aspectos positivos do bem-estar", advertiu a dez deste mês, o responsável dessa organização na Guiné-Bissau durante a jornada de reflexão sobre o Dia mundial da saúde mental.

Inussi Noormhormed disse, por outro lado, que a saúde mental não é nada mais nada menos que o equilíbrio da personalidade considerada na sua globalidade bio-psicossocial.

Conforme um documento do Ministério da Saúde pública, em muitos países africanos, os problemas relacionados com o abuso de álcool, tabaco e drogas estão a tornar-se em crescente problemática da saúde pública. Isto porque muito desses países não dispõem de políticas nacionais para a saúde mental e os recursos humanos especializados neste sector é reduzido e agravado pela fuga constante de cérebros para outras partes, pelas consequentes ondas de conflitos civis e armados, que têm flagelado o continente africano com consequências dramáticas para suas populações. Todos esses factores negativos devem ser tomados em consideração. De acordo com os dados disponíveis, estima-se em 12,5

por cento da mortalidade a nível mundial, causada pelas doenças mentais e neurológicas. Esta situação abrange também o continente africano.

O documento da OMS adianta ainda que no mundo africano o índice da depressão grave atinge 3 por cento, é são presentes os riscos de suicídio; o nível de outros males, como a esquizofrenia, é de um por cento, e a de epilepsias é de 0,5 por cento.

O mesmo documento indicou, por outro lado, que certos países africanos apresentam taxas muito elevadas, com crianças de zero a nove anos de idade que sofrem ou podem sofrer perturbações mentais, ou perturbações mentais orgânicas, o stress pós-traumático, o uso abusivo de substâncias psicoactivas, etc..

Consta também desse relatório que a saúde mental, como componente essencial da saúde do indivíduo e da comunidade, foi sublinhada em diversas resoluções adoptadas pelas assembleias mundiais da saúde, pelo comité regional africano, pela assembleia geral das Nações Unidas e pelo programa das Nações Unidas e luta contra as drogas. Portanto, estas e outras considerações justificam a necessidade urgente de se rever as estratégias existentes e o desenvolvimento de um quadro mais abrangente para a saúde mental, a prevenção e o controle do abuso em substâncias psicoactivas no continente africano.

Amarante Sampa / Naga Imbulna